



# A emergência da memória e o cotidiano dos trabalhadores do Terceiro Batalhão Rodoviário em Vacaria-RS

Roberto Radunz<sup>1</sup>  
Pâmela Brochetto de Castilhos<sup>2</sup>

Recebido em: 16-03-2023

Aceito em: 05-05-2023

## Resumo

Em meados do século XX, o Brasil passou por um processo de integração via construção de ferrovias e rodovias. No sul do país, essa política de transporte fez com que a região dos Campos de Cima de Serra recebesse investimentos que se materializaram nas atividades do Terceiro Batalhão Rodoviário (3º BRv), instituição ligada ao Exército Brasileiro. Esses empreendimentos modificaram substancialmente as convivências sociais e econômicas de Vacaria-RS, município que acolheu o Batalhão responsável pela construção da rodovia que ligou os estados sulinos. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença do 3º BRv e como a região foi impactada com essas obras. A base empírica é constituída fundamentalmente de entrevistas realizadas com pessoas que estiveram envolvidas com esse passado que dão sentido ao seu próprio tempo. Procura-se refletir sobre o papel e a importância da memória, em especial, no que diz respeito ao mundo do trabalho nessa microrregião, no sentido de preservar parte do seu patrimônio histórico.

**Palavras-chave:** Cotidiano; memória; Terceiro Batalhão Rodoviário

## *The memory emergency and the daily life of the Third Road Battalion's workers in Vacaria-RS*

### Abstract

*In the mid-20th century, Brazil went through an integration process through the construction of railways and roads. In the south of the country, this transportation policy made the Campos de Cima de Serra region receive investments that materialize in the activities of the Third Road Battalion – 3rd RB, an institution connected to the Brazilian army. These enterprises substantially changed the social and economic coexistence of Vacaria-RS, the municipality that hosted the Battalion in charge of the construction of the road that connected southern states. The present research aims at analyzing the presence of the 3rd RB and how the region was impacted by those constructions. The empirical research is fundamentally constituted by interviews carried out with people that were engaged in this past that give sense to their own time. It is expected to reflect the role and the importance of memory, in special the ones connected to the work world in this microregion, in the sense of preserving part of its historical inheritance.*

**Keywords:** Daily life; memory; Third Road Battalion

## 1 Introdução

Em meados do século XX, o Brasil passou por um processo de integração via construção de ferrovias e rodovias. No sul do país, essa política de transporte fez com que a região dos Campos de Cima de Serra, no nordeste do Rio Grande do Sul, recebesse investimentos que se materializaram na construção da malha rodoferroviária que ligava o estado mais meridional ao Brasil central. Essas atividades construtivas na região estiveram, em certa medida, sob

<sup>1</sup> Doutorado em História (PUCRS). Professor da Universidade de Caxias do Sul (UCS). <https://orcid.org/0000-0003-2569-3168> E-mail: [rradunz@ucs.br](mailto:rradunz@ucs.br)

<sup>2</sup> Mestrando em História pela Universidade de Caxias do Sul. <https://orcid.org/0000-0001-7039-5317> E-mail: [pamebrochetto@gmail.com](mailto:pamebrochetto@gmail.com)

responsabilidade dos Batalhões de Engenharia de Construção, instituições ligadas ao Exército Brasileiro.

A instalação desses batalhões interferiu na rotina de muitas regiões que receberam esses investimentos. A cidade de Vacaria-RS recebeu o Terceiro Batalhão Rodoviário (3º BRv), o que implicou na vinda de muitos trabalhadores para a execução das obras. Esse fluxo demográfico modificou o cotidiano local. Essa constatação preliminar encaminha o artigo para uma primeira escolha – a questão da escala de análise. Considerando o propósito dessa reflexão, o primeiro campo de interesse é da História Local. A respeito desse “local”, Gonçalves (2007, p. 175) ressalta que “uma cidade, um campo, de longe são uma cidade e um campo, mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhas, folhas, capins, formigas, pernas de formigas, até o infinito. Tudo isso está envolto no nome campo”. Para além do ilustrado pelo autor, nesse local podem estar pontes, rodovias, vilas operárias, sítios laborais e outros espaços construtivos que interessam a essa pesquisa. Gonçalves (2007) evidencia o processo realizado pelo pesquisador em busca da compreensão do local, partindo do espaço até os detalhes que compõem determinado meio. Cavalcanti (2018, p. 4) ainda acrescenta que “os significados de ‘local’ estão embrionariamente ligados a uma concepção de lugar e, nessa relação, ‘lugar’ está indissociável de espaço, ou seja, ao falarmos de local, estamos, concomitantemente, falando de espaço”.

A percepção desse local, desse espaço, sofre variações dependendo do prisma do observador. Para as populações originárias do lugar, a percepção desse espaço foi redimensionada a partir dos investimentos feitos pelos Estado à época da construção dessas grandes obras. Emprestando uma avaliação corrente à época, “era o progresso chegando através das estradas”. Para um outro grupo de pessoas formado por trabalhadores contratados para realizar essa obra, esse espaço vinha ligado a uma espécie de estranhamento natural que decorre do fato de que a maioria dos trabalhadores e familiares vieram de outros lugares, foram contratados para as obras do Batalhão. Nessa condição, perceberam o espaço de outra forma.

Esses *outsiders* conviveram com os “locais” na época dos investimentos construtivos, muitas vezes repartindo espaços comuns, negociando relações e construindo suas próprias percepções. Durante o tempo em que trabalharam como operários, viveram no circuito laboral da vila operária, que se consistia num microespaço urbano composto por alojamentos, hospital, armazéns, escola, espaços de sociabilização, oficina, além dos sítios de trabalho.

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações históricas dos sujeitos envolvidos nesses processos e as rotinas cotidianas e laborais que emergem através de memórias de ex-trabalhadores da instituição. A base empírica desse artigo é construída principalmente de

entrevistas que se somam a documentos do próprio Batalhão. Além disso, fotografias e reportagens de jornais alimentam as memórias individuais e coletivas dos envolvidos nesse patrimônio construtivo de grandes obras viárias na região nordeste do Rio Grande do Sul.

Figura 1 - Quartel do Terceiro Batalhão Rodoviário (3º BRv) - 1967



Fonte: Amigos do 3º Batalhão Rodoviário. Disponível em: <https://www.facebook.com/563672813787779/photos/a.563677423787318/563677383787322>. Acesso em: 22 jan. 2021.

As entrevistas que compõem a base empírica desse artigo foram feitas com trabalhadores ou familiares que puderam ser alcançados nessa pesquisa. Barros e Lopes (2014) sugerem que as histórias individuais contêm valores e ideologias, uma vez que os indivíduos fazem parte de uma coletividade. Com a utilização de entrevistas orais, foi possível analisar as movimentações das memórias dos indivíduos, estabelecendo relações e conexões para a construção da coletividade.

Como muitas das pesquisas atuais que envolvem entrevistas, as memórias evocadas nesse projeto tiveram que lidar com as limitações impostas pela pandemia. Para a obtenção das entrevistas orais/filmadas, foram utilizadas como ferramentas a câmera e o programa *Google Meet*, que permitiu conversar por vídeo em tempo real com o entrevistado, possibilitando a criação de um diálogo que, aos poucos, foi se naturalizando. A utilização de tecnologias e *softwares* na produção da História Oral ainda está em debate, por se entender que a realização de entrevistas deveria ocorrer preferencialmente de maneira presencial, para que as percepções ocorram de maneira mais ampla.

[...] é por meio do corpo que a entrevista de história oral acontece: pelo aparelho fonador, responsável pela produção vocal; pelo cérebro, onde a aquisição, o armazenamento e a evocação da memória se dão; pelos ouvidos, que detectam e processam os sons produzidos pelo interlocutor; pelos gestos, aliados não

verbais na expressão de sensações, sentimentos, ideias; e assim por diante. Histórias orais são produzidas e veiculadas por um corpo e percebidas pelos sentidos de outro. (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 3)

Então, como produzir e perceber as histórias do outro num momento de distanciamento social? O uso das videochamadas tornou a pesquisa viável em meio as circunstâncias globais. Como referido anteriormente, a pandemia do Covid-19 interferiu na vivência da sociedade, forçando o isolamento social. A História Oral como método foi problematizada nesta pesquisa, valorizando o contato distante e as percepções proporcionadas pela tela do computador, tais como: as entonações no discurso, o olhar, o estranhamento ou a demora em responder a determinado questionamento.

Os estudos desenvolvidos por Santhiago e Magalhães (2020, p. 11) recomendam que “o recurso virtual deve ser entendido como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e dos pontos de vista sobre a história que não estariam disponíveis de outra forma”. Outro recurso utilizado foi o aparelho celular. Quando existiu a possibilidade de realizar a entrevista de maneira presencial, devido às condições de diminuição dos casos de Covid, bem como a campanha de vacinação, mais tarde, que propiciou mais segurança, a câmera do celular foi usada, com o objetivo de registrar imagens e áudio. Percebeu-se, nesse exercício de pesquisa, o incômodo inicial com a presença da câmera por parte dos entrevistados que, aos poucos, foi sendo superado.

Outro detalhe que merece destaque nessas considerações iniciais das entrevistas diz respeito à percepção que os trabalhadores e familiares tinham sobre suas falas. Não raro começam desqualificando sua possibilidade de contribuição. Por vezes, os indivíduos acreditam que suas memórias são particulares e apresentam pouco valor. Bosi (2010) afirma que nas histórias relatadas de maneira oral, os sujeitos contam sobre suas próprias existências, transmitindo experiência aos ouvintes. A valorização da subjetividade auxilia a compreender o coletivo de uma época, por exemplo, no que tange aos aspectos econômicos, ao modo de vida, à cultura dos sujeitos, isto é, elementos primordiais para a compreensão da história local e, conseqüentemente, para a disseminação desse conhecimento na região.

## **2 Vacaria - porteira do Rio Grande**

O município de Vacaria, situado na região nordeste do Rio Grande do Sul, tem a origem do espanhol: *baqueria*. *Baqueria* “[...] era o nome dado a grandes extensões de campos naturais, onde os missionários jesuítas das Reduções e dos Sete Povos das Missões colocavam seus

rebanhos, para se criarem soltos, formando reservas para as suas estâncias”. (BARBOSA, 1978, p. 7). Essas extensões de terra se caracterizam por longos campos, propícios para a criação de gado, apresentando um clima com temperaturas baixas, marcado pelo vento cortante nos invernos.

Borges (2001), historiadora local, reforça essa ideia de que a formação inicial de Vacaria ocorreu em decorrência do gado presente na localidade e que foi reduzido nas grandes propriedades. A estância passa a ser um fator decisivo na formação local, especialmente no que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e urbanos, garantindo “a predominância da propriedade latifundiária” e gerando “um aspecto urbano grotesco, a princípio, para a cidade”. A autora sugere que a estância “[...] funcionava apenas como centro abastecedor e domicílio para dias de festas para seu habitante principal: o estancieiro” (BORGES, 2001, p. 48). A necessidade de comercialização do gado resultou na abertura de estradas, sendo que essas estradas são consideradas objetos de estudo. O caminho das estradas, decorrente do tropeirismo, além do gado, é um dos fatores desencadeadores da origem ao município de Vacaria. A localização de Vacaria, no nordeste do Rio Grande do Sul, era estratégica para a passagem do gado, criado em larga escala no Pampa Gaúcho (metade sul da Província), e destinado ao sudeste do Brasil.

Figura 2 – Mapa do Rio Grande do Sul em 1902



Fonte: Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 25 abr. 2022. Detalhe em vermelho da localização feito pelos autores

Os povoadores do século XVIII e XIX alcançaram a região utilizando dois caminhos de acesso que foram abertos para o deslocamento do gado. Segundo Silva (2011), os caminhos abertos ligavam o estado do Rio Grande do Sul a São Paulo, com a intenção de que se enviassem mulas criadas nos campos gaúchos, para o transporte de mercadorias no relevo da região sudeste do Brasil. Assim, o gado da província sulina passou a ser comercializado para o centro do país, sem a existência de outros meios de transporte que possibilitassem a execução desse percurso de maneira mais rápida e menos trabalhosa.

Diante disso, cabia aos tropeiros realizarem as viagens para a venda de mulas e/ou gados, lembrando que eles utilizavam estradas abertas para essa finalidade. Silva (2009, p. 29) explica que o tropeirismo consistia em um “conjunto de atividades de deslocamento e transporte de mercadorias [...], dado o caráter de formação de tropas e tropilhas de animais que ora apresentavam-se como meio de transporte, ora como a própria mercadoria a ser conduzida”. Durante as viagens, para que o deslocamento fosse realizado de forma satisfatória, eram utilizados animais resistentes, que carregavam mercadorias e/ou eram a própria mercadoria, girando a máquina da economia da área nesses trajetos.

As estradas utilizadas pelos tropeiros obedeciam, sobretudo, às condições naturais, visando o menor desgaste possível do mular. Contudo, muitas vezes, era preferível subir e descer serras à procura de campos para animais pastarem nos pousos, a percorrer vales e relevos pouco montanhosos. (STRAFORINI, 2001, p. 28)

São essas rotas e esses trajetos utilizados pelos tropeiros que apontaram o caminho natural para as estradas que foram construídas ao longo do século XX e que são objeto dessa pesquisa. Cabe, nesse sentido, reforçar a posição estratégica de Vacaria nesse empreendimento de ligar o Sul ao centro do Brasil através de rotas transitadas por séculos nas atividades do tropeirismo.

A instalação do 3º BRV em Vacaria-RS, na década de 1930, está inserida num projeto mais amplo para interligar a região Sul do Brasil a outras regiões do país. Já havia uma ligação que era garantida por uma única rodovia federal (localizada na atual BR-116), que foi mencionada por Meyer (1996) como a única saída do estado, isso explica o fato dessa região ser conhecida como a “Porteira do Rio Grande”, designação que perdurou por muitos anos.

O 3.º Batalhão Rodoviário de Engenharia e Construção foi criado em 26 de dezembro de 1917, ocupando provisoriamente, em 2 de janeiro de 1918, as instalações do que havia sido a Praça Forte Duque de Caxias, em São Gabriel-RS (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017), fixando-se em diferentes cidades da região Sul, recebendo diversas denominações e atuando sob diferentes comandos. Ao falar sobre os municípios marcados na trajetória da entidade, Figueiredo *et al.*

(2014, p. 23) afirmam que “houve a instalação de quartéis em São Gabriel (1918); Cachoeira do Sul (1924); Vacaria<sup>3</sup> (1934/1939 e 1950/1968); Carazinho (1968). No estado do Mato Grosso, foi transformado em 9.º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), sediado atualmente em Cuiabá (1971)”. Contudo, já está novamente em fase de transferência, desta vez para a cidade de Sinop-MS.

Na cidade de Vacaria-RS, a 3ª Companhia de Sapadores chegou no ano de 1934, com a missão de realizar a construção de um trecho entre Vacaria e Passo do Socorro (BR-2), parte da atual BR-116, implicando construções relevantes diante das condições de relevo (OLIVEIRA, 2013). Nesse momento, o Exército Brasileiro (2017) informa que, no ano de 1935, foi realizada uma nova alteração no nome da instituição, tendo “sua denominação alterada para 3.º Batalhão de Sapadores<sup>4</sup> e, em janeiro de 1939, passou a denominar-se 3.º Batalhão Rodoviário”. Ribeiro (1999) destaca que a mudança partiu do Alto Comando, em 1938, e ocorreu porque os trabalhos demandavam mais do que a capacidade de operação das unidades. Além disso, os Batalhões Rodoviários eram unidades destinadas somente à implantação de estradas, estando proibidas de receber conscritos, já que formavam um conjunto de normas e procedimentos que permitiram a posterior construção da malha rodoviária do país.

Oliveira (2013, p. 9) conta que “no início do século XX, por falta de tecnologia e de maquinário, os trabalhos eram realizados manualmente e com o auxílio de animais, com os aterros e cortes feitos no braço, e o transporte de material em lombo de burros”. Esse fato demonstra que o trabalho executado consistia em construções muito difíceis para a época. Contudo, mesmo diante das adversidades, o trabalho tinha como característica a desenvoltura em curto espaço de tempo. A árdua implantação da estrada se tornava ainda mais prejudicial nos Campos de Cima da Serra, devido ao frio intenso, à umidade e à grande quantidade de elevações. Os trabalhadores precisavam exercer suas funções em dias de neblina, em regiões rochosas e perigosas, condições que ofereciam relevantes riscos para os funcionários envolvidos.

Na década de 1950, a intensificação das obras exigiu a transferência da estrutura, sediada temporariamente em Lagoa Vermelha-RS, para Vacaria-RS, estabelecendo a construção da Estrada de Ferro Tronco Principal Sul (TPS) entre o Rio Pelotas e o Rio Saltinho (TOTTI, 1996). Por motivos organizacionais, o município executou a doação de um terreno à União Federal, a fim de

---

<sup>3</sup> “Foi criado pelo Decreto Reservado n.º 984, de 23 de dezembro de 1938, com sede em Vacaria-RS e em 1939 sua sede foi transferida para Lagoa Vermelha-RS” (SILVEIRA, 2018, p. 81). Na época, o comandante era o Ten. Cel. Henrique de Azevedo Futuro.

<sup>4</sup> “Extinto com o Decreto Reservado n.º 984, de 23 de dezembro de 1938 e transformado no 3.º Batalhão Rodoviário” (SILVEIRA, 2018, p. 81).

que ela realizasse a instalação do quartel. A concessão foi registrada através da Lei Ordinária N.º 365, de 16 de junho de 1958, da Câmara de Vereadores de Vacaria. Na ocasião, o Bel. Sinval Guazzelli, vice-prefeito em exercício, sancionou a lei que previa:

Art. 1º - É o Município de Vacaria autorizado a doar à União Federal, um lote de terras, com a área de 37.006,30 m<sup>2</sup>, cito nos subúrbios desta cidade, confrontando pela frente com a Avenida do 3.º Batalhão Rodoviário e pelos demais lados com terrenos da Prefeitura. Art. 4º - É o Prefeito Municipal autorizado a emitir desde já, o 3.º Batalhão Rodoviário na posse do terreno, bem como a escriturá-lo, por si ou por procurador, à União Federal, quando esta o desejar. Art. 5º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário. (VACARIA, 1958, n.p.)

As terras elencadas no subúrbio da cidade foram organizadas para a instalação do corpo efetivo de funcionários. A doação das terras desconsiderou as pessoas que já estavam instaladas na região, na sua maioria, de forma irregular, e isso gerou mal-estar. A triste situação é enfatizada por Borges (2001) quando ressalta que

A prefeitura doou as suas melhores terras na área para o 3.º Batalhão. Eles ficaram só com as que interessavam, as menos acidentadas. As outras, as mais acidentadas e as que alagavam, o Batalhão não ocupou e não cercou. Ficou uma região propícia a formação de favelas, uma área a ser invadida. A região ficava próxima a serraria do Batalhão. As pessoas encontravam a sua disposição a lenha vinda do refugio da serraria e das matas ao redor. Ainda podiam aproveitar o resto de comida despejada pelo Batalhão em tonéis de lixo. Mais ou menos 80 pessoas viviam disso. (BORGES, 2001, p. 135)

As condições de vida de algumas famílias evidenciadas através do relato de Borges (2001) são alusivas à Vila Maracanã, localizada atrás do 3º BRv. A autora salienta que foram feitas tentativas de transferência das famílias para um novo bairro que estava em formação, a Vila Municipal, mas poucos moradores deixaram a localidade. As famílias dos bairros Carazinho e Porcínio também foram incentivadas a fazer mudanças. As transferências se davam devido à construção da Estrada de Ferro Tronco Principal Sul<sup>5</sup>, havendo a necessidade de retirar os moradores da área de construção. “Era uma tentativa de dar as condições mínimas e de criar um novo conceito de vida e, talvez de cidadania” para os moradores da cidade, “ou quiçá em outra visão concentrar a população pobre em um só local para dar demonstração de que na cidade não havia pessoas necessitadas” (BORGES, 2001, p. 136).

Partindo dos arredores para as dependências da instituição, o memorialista, ex-funcionário e militar Carvalho (2013) descreve que quando avistou o 3.º Batalhão Rodoviário, em sua vinda a Vacaria, em meados de 1966, surpreendeu-se com o local, por ser muito diferente

---

<sup>5</sup> Tronco Principal Sul é uma Estrada de Ferro que corta o município de Vacaria. Ela inicia em Roca Sales-RS e estabelece ligação com o Distrito Federal (DF).



das construções do Exército das outras cidades.

Figura 3 - Vista Aérea do 3º BRv – 1958



Fonte: Disponível em: <https://sites.google.com/site/giuseppeoh/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

O autor ressalta que os prédios eram compostos por madeira, não existia calçamento nas ruas e os arredores apresentavam maior quantidade de civis à paisana do que propriamente militares. Existiam viaturas estacionadas por todos os lugares. Assim, fica evidente que se tratava de uma estrutura simples e organizada.

É sobre as memórias dos trabalhadores e descendentes desse grande empreendimento construtivo que esse artigo se ocupa. Essas memórias vieram à tona com licenças para lembranças e esquecimentos. Considerando à distância temporal entre as experiências vividas e as memórias evocadas, pode-se dizer que o universo das pessoas que fizeram parte dessa pesquisa é limitado, mas que de forma alguma põem em questão as recordações subjetivas na sua relação com as lembranças coletivas.

### **3 Quem lembra e o que recorda: licenças temáticas**

Os sujeitos envolvidos nessa pesquisa demonstraram reações diferentes que foram da desconfiança natural à proposta ao compartilhamento de suas memórias de forma muito espontânea, sobretudo depois de vencidas algumas barreiras. Foram alcançadas nesse projeto pessoas ordinárias (CERTEAU, 2011) que tiveram suas vidas envolvidas nesse empreendimento.

Como referido anteriormente, as entrevistas<sup>6</sup> se deram num período de pandemia, o que exigiu um repensar da metodologia da História Oral. Compartilham suas memórias seis trabalhadores que são apresentados aqui de forma muito sumária nessa tabela.

Tabela 1 - Entrevistados

Nome	Idade	Função	Naturalidade	Entrevista
Antônio Carlos de Carvalho	76	Terceiro Sargento	Cuiabá-MT	09/11/2021
Evanilda Brochetto de Castilhos	84	Enfermeira	Vacaria-RS	08/11/2020
Herivelto dos Santos Cunha	70	Funcionário do armazém	Vacaria-RS	06/01/2021
Iradi de Fátima Ferreira	66	Estudante da escola do batalhão	Vacaria-RS	21/07/2021
Trajano Wilson Machado Borges	70	Estudante da escola + funcionário da cantina	Vacaria-RS	04/01/2021
Valdemar Alves Rodrigues de Campos	71	Operador de máquina	Cuiabá-MT	11/01/2021

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos resultados da pesquisa

A sequência do artigo permite uma licença temática que reflete a espontaneidade das entrevistas. A questão central foi procurar transcrever o cotidiano lembrado que marcou a vida dessas pessoas, desses trabalhadores, que estiveram envolvidos nesse patrimônio construtivo. Como referido anteriormente, o Batalhão Rodoviário foi instalado junto ao núcleo urbano da cidade de Vacaria-RS. A esse respeito, Herivelto<sup>7</sup>, filho de militar e ex-funcionário do Batalhão, explicou, utilizando a foto como referência, que no prédio onde, hoje, é a Brigada Militar ficava localizada a Casa das Ordens (CO). Conforme ele, “se você olhar a foto antiga... Aquela foto antiga que aparece o Batalhão antigo, todo de madeira... Aquela parte ali era onde ficava o comando e a CO, que era que chamava. Era o comando. Não me lembro da abreviatura...”. Após alguns segundos, complementa: “Casa das Ordens! Agora que me lembrei! Casa das Ordens, a CO”. Neste momento da entrevista, Herivelto apresentou um lapso de memória, quando lembra o nome do prédio principal e informa que era ali o local em que o seu pai trabalhava. Durante a conversa, os movimentos da memória são frequentes. Ele destaca que, no prédio, além do seu pai, também trabalhavam outros colegas de farda, civis, oficiais, comandante e o vice-comandante.

Herivelto ainda descreve a área, enfatizando que “hoje é o quartel da Brigada Militar, mas atrás do quartel da Brigada Militar tinha a Vila dos Oficiais, a Vila dos Subtenentes e Sargentos e mais lá atrás, aquele campo de futebol que se chamava, na época, Coronel Vilagran, que era o

<sup>6</sup> As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, com a disponibilização cancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

<sup>7</sup> Herivelto dos Santos Cunha. (69 anos). Entrevistado via Google Meet, em 6 jan. 2021. Duração: 56:42. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita, com a disponibilização cancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

patrono da engenharia, porque o Batalhão era de Construção, era de Engenharia. Lá para trás ficava a Vila dos Civis. Bairro, bairro não, era vila que nós chamávamos”.

Vindo de uma tradição militar, Herivelto compartilha uma visão de mundo que destaca o espaço militar distinto do civil. De um lado o quartel, como espaço ordenado dentro de uma lógica própria, de outro, a vila, ou bairro, “era vila que nós chamávamos”. O Batalhão vivenciou essa negociação entre nós e eles. “Nós chamávamos”... O entrevistado ainda relatou que viu os irmãos nascerem no local e afirma que ele tinha praticamente tudo: “ali era uma espécie de uma cidade em miniatura. Nós tínhamos ali, para você ter uma ideia, TUDO. Nós tínhamos armazém, que seria um supermercado hoje, tínhamos açougue, tínhamos padaria, tínhamos farmácia”, demonstrando a completude do complexo e sua independência diante da cidade.

Ainda tratando do espaço construtivo da vila operária, Evanilda<sup>8</sup> comenta que ela fazia parte do corpo efetivo de funcionários do Batalhão Rodoviário junto com o marido. Ele foi, inicialmente, engajado como soldado, passando posteriormente para civil. Ela iniciou como cozinheira e, depois, foi designada para trabalhar com enfermeira no Hospital do Batalhão, governado por militares. Evanilda destaca que existia somente uma estrada de acesso ao quartel, sendo que, mais tarde, houve a necessidade de abertura de outra via de circulação. As moradias dos funcionários espalhadas nas redondezas do quartel auxiliaram na formação da Vila Vitória, localizada nas proximidades. Borges (2001) explica a formação do bairro:

A formação definitiva da Vila deu-se da seguinte maneira: Foram transferidas famílias para terrenos da propriedade da prefeitura, tirando-as da rua Ramiro Barcelos e da Vila Porcínio, próximas a elevada. Isto aconteceu devido à construção da elevada para dar passagem a Malha Ferroviária do Tronco Sul em Vacaria. A grande parte de sua formação e ocupação vem de um loteamento da família Quintela. O loteamento se originou de uma chácara pertencente à professora Vitória Quintela, que vendeu a mesma ao seu irmão, e este resolveu lotear a área. Os terrenos, a princípio, foram vendidos para funcionários do 3.º Batalhão Rodoviário que havia se instalado em Vacaria. Nessa situação, mais uma vez, cita-se a família Pires e muitas outras, como é o caso de Moreira, um dos primeiros a comprar um terreno loteado da família Quintela, na rua Natal, uma das primeiras da Vila. (BORGES, 2001, p. 140)

Além das moradias, segundo Evanilda, ainda existia, próximo ao quartel, “uma igreja, que pertencia ao Batalhão”, hoje Igreja Santo Antônio. A entrevistada menciona que tinha um padre que rezava missas para os militares e que quem cuidava da igreja eram as irmãs do hospital. Ainda sobre a igreja, é relevante ressaltar sobre a integração da comunidade com a instituição. As festas alusivas a Santo Antônio são um exemplo dessa integração, pois reuniam as famílias

---

<sup>8</sup> Evanilda Brochetto de Castilhos. (83 anos). A entrevista foi realizada na casa da entrevistada, em 2019. A entrevista ocorreu de maneira informal, sendo registrada no momento em que ocorria, com a disponibilização chancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

pertencentes ao bairro com o objetivo de participar da organização (BORGES, 2001). A pesquisadora enfatiza que a festa se caracterizava como um “grande acontecimento na cidade, já que, por exemplo, a procissão de Santo Antônio atravessa o centro da cidade” (BORGES, 2001, p. 140-141). Ela tinha seu início no próprio capitel de Santo Antônio, se dirigindo até o bairro Vitória.

Sobre o hospital, Evanilda salienta que era “governado por militares e com irmãs religiosas, que haviam sido chamadas para trabalhar ali”. Os civis executavam trabalhos em escritórios, na cozinha e alguns eram médicos, como o Dr. Mário Germano, o Dr. Xavier e o Dr. Sebastião. “Ainda existia, na época, um dentista, Capitão Otávio, e o chefe da área da saúde era o ‘Capitão Celso’”, muito lembrado pela cobrança e exigência, por vezes dura, que exercia. Ela lembra que quando o setor estava sobrecarregado de trabalho, os chefes encaminhavam alguns soldados, conhecidos como *padioleros*, para auxiliar na execução das tarefas. Eles adoravam frequentar o local, por causa da comida boa servida aos doentes.

Iradi<sup>9</sup>, em conversa na tarde de 21 de julho de 2021, moradora do município, revela que “o hospital era muito bonito, bem ‘atipado’, muito bonito”. Ela comenta que uma tia realizou o parto na localidade e que o irmão também nasceu nesse ambiente. “Ele nasceu ali, era bem bonito o hospital, muito bem-organizado, sabe? Eu conhecia! Fui várias vezes no hospital... Nunca fui internada, mas conhecia o hospital”.

A Lei Ordinária N.º 365 da Câmara de Vereadores, de 16 de junho de 1958, informa a existência desse hospital. O Artigo 2 determina que “destina-se o imóvel em referência à construção de um hospital, que será mantido pelo 3.º Batalhão Rodoviário” (VACARIA, 1958, n.p.). A lei ainda cita, em parágrafo único, a recomendação de que, em caso de transferência da instituição, “a entidade hospitalar passará a ser mantida pela municipalidade”. No que diz respeito aos atendimentos realizados pelo hospital, Herivelto relembra que

[...] Aquele Hospital do Batalhão, onde hoje funciona a faculdade, ele não atendia só pessoal do Batalhão. Nos acidentes graves, e aconteceram vários, levava direto para lá as pessoas. Dividiam lá no Hospital Nossa Senhora da Oliveira, dividiam com o Batalhão e o Batalhão abria as portas para todo mundo.

Antônio Carlos<sup>10</sup> também faz referência ao hospital. Muito disposto e animado, ele conta

---

<sup>9</sup> Iradi de Fátima da Silva Ferreira. (65 anos). Essa entrevista foi realizada presencialmente na casa da entrevistada, no dia 21 jul. 2021. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita com a disponibilização chancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

<sup>10</sup> Antônio Carlos de Carvalho. (74 anos). Essa entrevista foi realizada via Google Meet, no dia 9 jan. 2021. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita com a disponibilização chancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

que saiu do interior de Minas Gerais-MG para o RS, no auge dos seus dezenove anos de idade, adentrando em uma configuração diferente da que estava acostumado, iniciando uma vida nova na década de 60. O entrevistado ressalta que “qualquer tipo de cirurgia, partos, tudo era feito no hospital. Tinha sala cirúrgica”. Também conta de maneira orgulhosa que “só foi no hospital uma ou duas vezes fazer inspeção de saúde”, pois “ainda era novo! Não tinha problema de saúde. Então o hospital era uma referência”.

Em conversa, Herivelto enfatiza novamente a relação da entidade com a população local, declarando que existia comunicação e interação entre ambas. Ele destaca “que a interação dele com a comunidade vacariense era sensacional”, existindo uma relevante troca entre as partes. Quando comenta sobre a interação da comunidade, lembra-se do Clube dos Subtenentes e Sargentos. Este clube também está presente nas lembranças de Carvalho (2019, p. 23), em publicação intitulada “Batalhão Inesquecível”, ao indicar que “o Clube era bem frequentado e famoso pelos bailes”, contando “com grande participação da sociedade vacariense”. Herivelto acrescenta que os bailes eram uma “atração”, sendo que “[...] o Batalhão trazia pessoas, cantores da época, famosos, que faziam apresentações [...]”.

Herivelto salienta que, além do Clube dos Subtenentes e Sargentos, “o Batalhão tinha o Clube dos Oficiais, o Cassino dos Soldados, só não tinha o Clube dos Civis, mas era uma integração que todo mundo se dava bem ali”, mesmo que, por vezes, existissem algumas divergências, como em todo grupo social. Anexada ao Clube de Subtenentes e Sargentos, existia a Casa do Hóspede. Carvalho (2019) revela que ele ficou hospedado no local, quando chegou para se apresentar ao 3º BRv, não havendo a necessidade de ficar em hotel.

Outro local que fazia parte da composição do quartel e foi descrito por Herivelto era o cinema: “com todas as condições que você imagina de boa qualidade de fita, de maquinário. Primeiro era bem simplesinho, depois inauguraram um cinema bonito lá, com aquele telão, aquela coisa toda. Era um lugar que a gente ia para namorar escondido. [Risos] Tudo isso!” As risadas demarcam a nostalgia do entrevistado ao relembrar detalhes da sala. Essa nostalgia é manifestada “por um passado pintado com cores de ‘velhos bons tempos’, evidenciando a ruptura de ‘antigamente’ no presente” (CANDAU, 2021, p. 88-89).

Trajano<sup>11</sup>, nascido na vila militar, também elucida o cinema em suas memórias, contando que, inicialmente, ele tinha “uma estrutura básica excelente, tinha até cinema de bom nível – até

---

<sup>11</sup> Trajano Wilson Machado Borges. (69 anos). Essa entrevista foi realizada via Google Meet, no dia 4 jan. 2021. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita com a disponibilização chancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.

houve um tempo em que o cinema (depois de reformado, que refizeram o cinema) tinha características de tela e de estofados ‘pra’ sentar, as cadeiras, né”. É interessante observar que os entrevistados compartilham e descrevem a lembrança de reforma do ambiente.

A lembrança da escola do quartel prevalece em alguns depoimentos. Herivelto relatou que a escola se chamava Escola Doutor Manoel Duarte e se tratava de um grupo escolar. O entrevistado contou que a instituição era estadual, contudo, ficava dentro do Batalhão. A atual escola Bernardina Rodrigues Padilha “é originária da fusão de duas outras escolas: Grupo Escolar Manoel Duarte, localizado na sede do 3.º Batalhão Rodoviário e a Escola Bernardina Padilha, localizada na então Vila Maracanã” (BORGES, 2001, p. 137). Segundo Herivelto, na antiga escola Doutor Manoel Duarte, “estudavam filhos de militares, filhos de civis e até filhos de médicos e pessoas, enfim, ligadas ao Batalhão, que por sinal era uma educação que dava de 10x0 na educação de hoje”. Preocupado em se fazer compreender, ele explica que essa escolinha era onde fica hoje o canil da Brigada: “Tem um canil de cachorros. Ali onde era a Vila Militar e do lado desse aí tinha a escolinha, que era a escola onde eu estudei”. Sorrindo, contou que o local foi onde ele e os irmãos fizeram o primário.

Trajano conta que também estudou na escola e relembra que a instituição era “mantida, claro, pela Secretaria Estadual da Educação, mas toda a infraestrutura e, inclusive, a construção do prédio, e toda estrutura básica de manutenção do colégio era mantida pelo batalhão”. Ao falar sobre a manutenção, surge o tema da merenda escolar. Trajano sinaliza que “o batalhão chegava lá com jipe e descarregava os caldeirões cheios de alimentos para as crianças”. Também lembra alguns dos sabores degustados na época, como o sopão e, “às vezes, no inverno, o chocolate”, alimentos elaborados pelo Rancho, cozinha do Batalhão. Trajano destaca, com gratidão, que “esse colégio aí formou muita gente importante, muito mesmo. Oficiais do exército que depois seguiram a carreira de militar; oficiais da Brigada; muitas professoras que hoje trabalham em Vacaria...”.

Antônio também apresenta recordações da escola quando relata que “a escola regimental tinha professoras que se aposentaram no Batalhão, porque muitos dos soldados que, naquela época, incorporaram, que vinham da colônia, como vocês falam, né? Eles chegavam ali e não sabiam ler e escrever”. Então eles aprendiam a ler e a escrever no Batalhão. O entrevistado ainda ressalta que muitos indivíduos saíram dali com boas profissões.

Iradi, citada anteriormente, conta que não era filha de militares, mas realizou o primário na escola do Batalhão. Ela descreve com muitos detalhes a instituição e menciona a questão da merenda:

Era uma escolinha de madeira, sabe? Bem simplesinha, várias salas de aula, tinham os banheiros. Me lembro como se eu tivesse enxergando o colégio... Na frente tinha um pátio grande, com uns jardinzinhos, umas coisas. Era bem bonitinho o colégio. E eu estava falando esses dias que a gente comia a merenda. Olha o que eu lembrei! Da merenda! A gente comia dentro do refeitório do quartel, sabe? A gente atravessava uma faixa assim, [demonstrando com as mãos] ia lá dentro do quartel, no rancho, onde os soldados comiam. A gente fazia o nosso lanche... da merenda... do recreio, sabe? A gente ia lá dentro do quartel comer a merenda. Era bem assim! Eu ainda tenho professores até agora, que eu conheço, que deram aula, que ainda estão vivos. Eu conheço alguns! A maioria já foi, né? Mas eu lembro.

Nas lembranças de Iradi é possível observar que o uso de outras dependências do quartel, como o rancho e refeitório do quartel, era primordial para o devido funcionamento do grupo escolar.

As serventes eram aquelas que faziam toda a faxina. Elas que batiam a sineta. Era com sineta, sabe? Um sino grande [demonstrando]. Elas batiam a sineta, sabe? A gente fazia todas as filas. Todo mundo por ordem, primeira, segunda, terceira, quarta... Tudo por ordem as filas, assim [demonstrando]? Ali fora, lá fora. Não era dentro. Era tudo assim, lá fora. Todo mundo fazia as filas, depois vinha cada professora, pegava sua turma e entrava num corredor grande e cada um ia para sua sala. Eu me lembro como se fosse hoje! Quantos anos [risos]...

Nesse sentido, surgiu a lembrança da organização da entrada dos alunos na instituição, que era feita no pátio do quartel. A memória das serventes é trazida e relacionada com o toque da sineta, a limpeza, a organização, sendo essa profissão fundamental para o funcionamento da escola. Quando Iradi ressalta que as colegas “eram as filhas das serventes”, ela revela que existia uma diferenciação dessas estudantes com os demais alunos, evidenciando um possível recorte de classe.

A rotina escolar também é salientada por Iradi, que descreve o uniforme vestido diariamente: “Era um “guarda-pózinho” branco, sabe? Todo cheio de botãozinho assim [mostrando]. Tu podias ir de calça comprida ou de vestidinho por baixo, mas a gente usava aquele guarda-pó”. A entrevistada acha engraçado o fato de o guarda-pó ser branco. A moradora da rua Ramiro Barcelos, na época, próxima ao Batalhão, conta que o trajeto até a escola era feito de ônibus.

Ela lembra que, ao chegar à escola, “gostava muito de fazer continência para os soldados que ficavam ali na entrada do quartel. Coisa mais boa do mundo era fazer continência, abanar para eles. E eles faziam assim [continência], ficavam bem sérios”. Quando não era de ônibus, os alunos se dirigiam até a escola a pé.

Outra repartição que não passa despercebida pelos entrevistados é a cantina. “Não era chamado armazém, ou mercado, era chamado cantina”, reforça Trajano. Ele conta que a cantina “dispunha, ‘pra’ todos os funcionários e oficiais, de gêneros alimentícios, de padaria de alta

qualidade, tinha uma seção de armarinho com roupas, fazendas, utensílios domésticos, açougue e leitaria”. Acrescenta que existiu uma época em que o Batalhão entregava leite nas residências. A estrutura era preparada para atender o quartel e as companhias. Segundo Trajano,

Eu trabalhava no Batalhão também. A minha participação também foi bastante interessante, para mim principalmente. Eu trabalhei no Batalhão de 1968 até 1972. Inicialmente, eu trabalhei no armazém... que era mantimentos, roupas, tinha o açougue também, tinha a padaria. Então a gente trabalhava ali, eram vários funcionários comandando. Quem comandava o Serviço de Armazéns do Exército (SAE) era um tenente. Vamos dizer que ele fosse um gerente, a função de hoje. O Subgerente era um sargento. Então, na verdade, lá em Vacaria e depois em Carazinho, o comandante que comandava o Armazém era o Tenente Portela e o que substitua ele era o Sargento Oliveira.

Trajano reforça que era necessário “ter uma estrutura básica de manutenção das vidas particulares” dos envolvidos com o Batalhão, para garantir “a manutenção das atividades do Batalhão”. Outro aspecto enfatizado na conversa foi a necessidade da oficina de manutenção de carros leves, local em que seu pai coordenava o setor pessoal dos civis. O trabalho realizado consistia em “atividades de manutenção dos jipes (porque tinha muito jipe na época de atividade), caminhonetes e até caminhões”.

Valdemar<sup>12</sup> descreveu o maquinário utilizado nos trabalhos realizados nas obras da rede ferroviária e rodoviária, a partir de 1964, época em que o entrevistado apresentou envolvimento com a entidade, realizando serviços na Companhia de Equipamento e Engenharia. Ele descreveu tudo com tamanha precisão, ressaltando que:

Nos anos 63 e 64, a gente tinha era trator de esteira, tinha modelador (que eles falam “patrola”), tinha rolo compactador, essas coisas... Aí quando puxava para fazer a terraplenagem nós usávamos o trator de esteira com a “scrap”, que era uma caçamba rebocada atrás, comandada por cabos de aço. Depois, nos anos 67 e 68, 66 bem dizer, chegou o maquinário mais novo. Começou a chegar carregadeira de pneu, chegou *motoscraper*, aquelas *motoscraper*. (Não sei se você deve saber qual que é?) Já chegou a retroescavadeira, já chegou aquela outra... que a gente fala PC [tentando lembrar.], que é a máquina grande de escavação. Tem a retro e tem a PC que é a grande, né? Tudo de esteira que faz a escavação, desmonte em serra, essas coisas. Aí só chegou nos anos 66 para frente. Para trás, era só o, como a gente falava, os “pé de ferro”. Era esteira, trator de esteira e os *scrapers* rebocados para transportar o material. Isso na minha época!

Além de falar sobre as máquinas, Valdemar cita que atrás do Batalhão existia um pátio de máquinas pesadas, provavelmente em decorrência do seu envolvimento com a área de terraplenagem, diferente dos demais entrevistados, que executavam outras funções. Durante a

---

<sup>12</sup> Valdemar Alves Rodrigues de Campos. (75 anos). Entrevista realizada via Google Meet, em 11 jan. 2021. A entrevista foi gravada e, posteriormente, transcrita com a disponibilização chancelada para utilização nessa pesquisa. Entrevista arquivada no acervo pessoal dos pesquisadores.



entrevista, foi notório que o entrevistado se preocupava em explicar as informações fornecidas por ele, possibilitando um maior entendimento da conversa. Ele executava o trabalho com o auxílio de máquinas, diferente dos trabalhos realizados no início da atuação do Batalhão. Ele ressalta:

Eu era da Companhia de Equipamento e Engenharia na época, que era só máquina, maquinário e tinha as companhias (1.ª, 2.ª e 3.ª Companhia), que era mais serviço de ponte, bueiro, ferrovia, essas coisas. Nós éramos da terraplanagem e para assentar os trilhos, aí em Vacaria, na estrada de ferro. Como a gente era do equipamento, precisava ir tocar uma obra lá na 2.ª companhia, que ficava no Rio Telha. Quem vai para o lado de Caxias, numa tal de Porteirinha, entrava ali e ia lá no Rio Telha, onde era a 2.ª Companhia. Depois tinha o Túnel 14, que era comando da 2.ª Companhia. A gente trabalhou nesse túnel, arrancando material, detonava, a gente entrava com as máquinas para tirar para fora. No Rio Turvo, tinha a 1.ª Companhia, ou seja, vindo de lá para cá, perto de Bento Gonçalves, antes de Bento, no Rio Turvo, era a 1.ª Companhia. Essa aí eu também trabalhei lá. Depois tinha a 2.ª que era essa do Rio Telha e a 3.ª era na Ponte do Pelotas. Entre o Pelotas, hoje, o Passo do Socorro. Tinha a Companhia lá perto do Rio Pelotas. Eu também trabalhei nesse trecho lá e trabalhei na sede mesmo, na construção, na terraplanagem, onde assentamos os trilhos, quem assentava era o 1.º Batalhão Ferroviário, não era o 3.º, era o 1.º. Nós só fazíamos a base e eles assentavam. Aí o 3.º Batalhão construiu a estação ferroviária, ali [próximo], onde a gente falava “Bolo Frito”. Eu morava ali. Bem ali! Hoje, é perto da onde é a rodoviária. Morei ali muito tempo, na avenida principal.

O relato de Valdemar é muito enriquecedor devido à amplitude de informações. Ele enfatizou que tinha a responsabilidade de retirar o material proveniente das explosões, nos trabalhos dos túneis ferroviários, deixando notório que o 3.º Batalhão também fazia a terraplanagem da estrada de ferro.

As memórias registradas nessa pesquisa vão bem mais longe que a capacidade de absorção limitada desse artigo. Nessas lembranças selecionadas, merece destaque a estrutura construtiva e simbólica do quartel, do hospital, do clube dos sargentos, da casa de hóspedes, do cinema, da escola, da cantina e das oficinas que reforçam a relação negociada entre os militares de formação e civis que foram incorporados a esse grande investimento.

#### **4 Pensando essas memórias**

Os detalhes evidenciados pelos entrevistados são relevantes para a compreensão do quartel do 3º BRv. e sua organização. Meihy e Seawright (2020, p. 66) estimam a experiência como “valorização dos filtros subjetivos, das impressões pessoais”. Nessa linha de raciocínio, cada entrevistado apresenta visões pessoais do recorte histórico e percepções que podem ser semelhantes ou diferentes entre si, de modo que “não se faz obrigatória uma ordem cronológica dos acontecimentos e, sim, a valorização subjetiva dos detalhes” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p.

67). No que diz respeito a isso, é relevante ressaltar que durante os momentos das entrevistas com os funcionários, a ordem cronológica foi esquecida, havendo repetições de fatos que ficaram gravados na memória dos indivíduos no decorrer da entrevista. Por vezes, os fatos se repetiram. Nem sempre de maneira igual, mas com alguns acréscimos que não haviam sido narrados previamente.

Pollak (1992) destaca que isso acontece devido ao fato de alguns elementos se tornarem reais, fazendo parte da essência do indivíduo. Além disso, os acontecimentos também podem sofrer alterações devido aos movimentos da fala. Quanto aos detalhes, eles são fundamentais para a compreensão da localidade e, por esse motivo, cada detalhe fornecido pelos entrevistados foi levado em consideração, ativando o imaginário na busca por entendimento do objeto de estudo.

Ainda nesse contexto descritivo, é possível perceber que os locais mencionados e os detalhes que dizem respeito a eles estão presentes nas lembranças de mais indivíduos. Isso se configura através dos usos da memória, os quais Le Goff (2003, p. 419) conceitua como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A obra *A memória coletiva*, de Halbwachs (2006), marca o início dos estudos da memória nas áreas de ciências sociais. Ao analisar esse texto, Silva (2016) destaca que a memória consiste em:

[...] um processo de reconstrução, devendo ser analisada levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos num conjunto de relações sociais. (SILVA, 2016, p. 248).

Pollak (1992, p. 203-204) acrescenta que “a memória é seletiva. Nem tudo fica registrado”. Ele ressalta que a “memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa”. Para o autor, a memória sofre movimentações, “que são função do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa” (POLLAK, 1992, p. 204). Durante as entrevistas, foi possível constatar movimentações da memória, por exemplo, através de repetições e de pequenas confusões ao relembrar os fatos. Em alguns momentos, o esquecimento também se fez presente, evidenciando as ações da memória.

A memória individual de cada um dos entrevistados está sendo explorada e questionada. Pollak (1992, p. 201) comenta que “a priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo

relativamente íntimo, próprio da pessoa”. A impressão obtida durante as entrevistas era a de que o íntimo dos indivíduos estava sendo negociado. Em alguns momentos, os entrevistados demonstraram sentimentos de alegria e nostalgia ao relembrares acontecimentos felizes, bem como de tristeza, ao mencionarem situações não muito satisfatórias. Contudo, é importante ressaltar que todas as lembranças sofrem interferências de memórias familiares, da sociedade ou até mesmo do modo de vida dos sujeitos, portanto elas não devem ser consideradas como individuais e sim como coletivas. Outro aspecto que as tornam coletivas são as semelhanças nos relatos dos entrevistados, especialmente quando rememoram o Hospital, o Clube de Subtenentes e Soldados, temas abordados por vários dos entrevistados.

Silva (2016, p. 248) sugere que a constituição da memória do sujeito é resultado da convenção de memórias de diferentes grupos, nos quais o sujeito é inserido e “consequentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, igreja, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho”. Um exemplo disso é o caso do entrevistado Herivelto que, além de ex-funcionário, também é filho de militar. Devido a isso, ele apresenta memórias herdadas das relações sociais que existiram. Cheias de detalhes, essas memórias não pertencem exclusivamente a ele, mas foram assumidas por ele, provavelmente por influência da convivência com o trabalho do pai, que exercia funções burocráticas. Ele lembra a rotina da figura paterna:

A rotina dele era fazer a parte burocrática. Ele chegava no quartel no mesmo horário dos outros, né? Porque em quartéis militares a primeira coisa que acontece é a chamada. Todos os militares se colocam em forma, é feita a chamada de todos. Os que não estão, estão justificados por algum motivo e depois há uma espécie de minidesfile para o comandante dos militares, só dos militares. E aí tinha uma bandinha lá, de quinze ou vinte elementos. Então fazia aquele desfile de manhã e depois começava a lida do dia a dia, porque, na verdade, por ser um Batalhão de Construção, não tinha muito, como tem nos outros quartéis, nas outras unidades do exército, que é, por exemplo, de artilharia vai treinar atividades de artilheiro, de combate. Infantaria, a mesma coisa. E, no caso do Batalhão, que era um Batalhão de Engenharia, a função dele era fazer o trabalho para cumprir a missão na qual ele foi designado.

Nesse caso, a memória se materializou através da presença paterna, podendo ser explicada através de Halbwachs (2006, p. 72), quando o estudioso sinaliza que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente”. Percebe-se isso na memória de muitos dos entrevistados dessa pesquisa.

Por fim, a utilização de lembranças e memórias dos indivíduos reforça a identidade particular do sujeito histórico e do meio em que está inserido, atribuindo maior valorização para a História. Pollak (1992, p. 5) defende que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de

admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros”. Com vistas nisso, constata-se que a memória e a identidade estão estreitamente relacionadas, não existindo uma sem a existência da outra.

Para Candau (2021, p. 16), a memória fortalece a identidade, “tanto no nível individual quanto no coletivo [...], a memória é a identidade em ação”. O autor explica que a identidade pode ser um estado-resultante, relacionado, por exemplo, ao documento de identidade, que estabelece informações como a altura, a idade, o endereço ou uma representação, que consiste na “ideia de quem sou – e um conceito, o de identidade individual” (CANDAU, 2021, p. 25-26). Quando aplicada a um grupo, também passa a ser uma representação, pois os indivíduos produzem diferentes representações, seja sobre a origem, a história ou a natureza de determinado grupo.

Tal representação é estreitamente ligada à identidade, pois é por meio dela que a identidade adquire sentido e passa a existir. “Representar significa, neste caso, dizer: essa é a identidade, identidade é isso” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2000, p. 91). Trabalhar com as lembranças dos envolvidos neste Batalhão é explorar diversas formas de representação do grupo, atribuindo sentido e significância. Esse fato se torna possível, pois as memórias individuais “se abrem umas às outras visando objetivos comuns, tendo um mesmo horizonte de ação” (CANDAU, 2021, p. 48).

## Referências

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Vacaria dos Pinhais**. 1. ed. Caxias do Sul: UCS, 1978.

BARROS, Vanessa Andrade de.; LOPES, Fernanda Tabaral. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: SOUZA, E. M. (Org.). **Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014. p. 41-63. Disponível em:

<https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/939/1/livro%20edufes%20Metodologias%20e%20anal%C3%ADticas%20qualitativas%20em%20pesquisa%20organizacional.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BORGES, Maria Neli Ferreira de. **História de Vacaria**: evolução urbana e formação de bairros. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

CARVALHO, Antonio Carlos de. **30 anos e 45 dias de serviço no Exército Brasileiro**. 2. ed. Impressão de distribuição artesanal ACCarvalho, 2013.

- CARVALHO, Antonio Carlos de. **Batalhão Inesquecível**. 1. ed. Impressão de distribuição artesanal ACCarvalho, 2019.
- CAVALCANTI, Erinaldo. História e História Local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 272–292, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. **9.º Batalhão de Engenharia de Construção: 100.º Aniversário**, contribuindo para o desenvolvimento Nacional. Cuiabá: 2017. Disponível em: [https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQI/content/9-batalhao-de-engenharia-de-construcao-comemora-seu-100-aniversario#:~:text=Face%20%C3%A0%20necessidade%20do%20Governo,atividades%20em%20Cuiab%C3%A1%20\(MT\)](https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/9-batalhao-de-engenharia-de-construcao-comemora-seu-100-aniversario#:~:text=Face%20%C3%A0%20necessidade%20do%20Governo,atividades%20em%20Cuiab%C3%A1%20(MT).). Acesso em: 23 jun. 2020.
- FIGUEIREDO, Washington Machado de; OLIVEIRA, Emerson Rogério de; SANTANA, José Narciso; ALVES, Edmar César. **A engenharia do exército na construção do desenvolvimento nacional**. Brasília: Departamento de Engenharia de Construção, 2014. Disponível em: <https://pt.calameo.com/exercito-brasileiro/read/001238206406a075693fa>. Acesso em: 14 maio 2022.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelos de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- MAGALHÃES, Marcelos de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.
- MEIHY, José Carlos B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MEYER, Maria Aparecida Cardoso. O desenvolvimento de Vacaria. In: KRAMER, Ana Maria de Lemos; BUSIN, Eda Maria das Graças Martins; LIMA, Laura Helena Teixeira; CAMARGO, Márcia Silva; BOSCHI, Marina Brito; SALVATTI, Vanda Maria; SANTOS, Vera Lúcia Jacobi (Org.). **Raízes de Vacaria I: VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 1996. p. 109-111.
- OLIVEIRA, Emerson Rogério de. **O Tuiuiú**. Engenharia Militar. Ferrovia do Tronco Principal Sul e o papel fundamental da Engenharia do Exército. n.º 98, 2013. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/otuiuti/O%20TUIUTI%2098.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A engenharia militar no Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 4-161, 1999.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 27, p. 1-18, 2020.

SILVA, Adriana Fraga da. **“Meu avô era tropeiro!”**: identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo – Bom Jesus (RS). 2009. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Itací de Souza e. **Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, Nordeste do RS (1914 - 1955)**. 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/113/1/2011ItacideSouzaeSilva.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SILVA, Giuslane Francisca da. A memória coletiva. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Luciano Rocha. **Engenharia: história, fatos e ícones**. Brasília: Arquivo on-line, 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/00630907016fbfd72e286>. Acesso em: 30 jun. 2021.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TOTTI, José Zerni Severo. A influência do Batalhão Rodoviário na região dos Campos de Cima da Serra. *In*: KRAMER, Ana Maria de Lemos; BUSIN, Eda Maria das Graças Martins; LIMA, Laura Helena Teixeira; CAMARGO, Márcia Silva; BOSCHI, Marina Brito; SALVATTI, Vanda Maria; SANTOS, Vera Lúcia Jacobi (Org.). **Raízes de Vacaria I: VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 1996. p. 282-284.

VACARIA. **Lei Ordinária Nº 365**, de 16 de junho de 1958. Disponível em: [https://www.camaravacaria.igamtec.com.br/tec/proposicao\\_print\\_pdf.php?item=1061](https://www.camaravacaria.igamtec.com.br/tec/proposicao_print_pdf.php?item=1061). Acesso em: 9 jul. 2020.